

UMA FAMÍLIA QUE NÃO EDUCA E NEM PROTEGE? *SCRIPTS* DE GÊNERO E VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS

A FAMILY THAT NEITHER EDUCATES NOR PROTECTS? GENDER *SCRIPTS* AND SEXUAL VIOLENCE/ABUSE AGAINST BOYS

Cristiano Eduardo da Rosa¹
Jane Felipe²

RESUMO

Neste artigo problematizamos o papel da família frente à violência/abuso sexual contra meninos a partir de dados de uma pesquisa online que realizamos com 170 homens, em que 74 afirmaram terem sido vítimas dessa ocorrência na infância. O referencial teórico utilizado se baseia nos Estudos de Gênero e nos Estudos Culturais, alinhados à perspectiva pós-estruturalista de análise. Os resultados apontaram que a faixa etária mais vulnerável se deu entre 5 e 8 anos, sendo que a maioria das vítimas foi abusada por adolescentes e outros homens. Além disso, os depoentes informaram que a maioria das famílias não lhes forneceu qualquer tipo de educação para sexualidade na infância, em especial no que se refere à prevenção de violências/abusos sexuais, colocando-os assim em situação de vulnerabilidade. Deste modo, a educação ministrada aos meninos reforça determinados *scripts* de gênero que preconizam uma criação mais livre, sendo a família uma das principais instituições reprodutoras das expectativas sociais e culturais sobre as masculinidades e as feminilidades desde a infância.

Palavras-chaves: violência/abuso sexual; meninos; famílias; *scripts* de gênero.

ABSTRACT

In this article, we discuss the role of the family concerning sexual violence/abuse against boys, based on data from an online survey we conducted with 170 men, in which 74 claimed to have been victims of this occurrence in childhood. The theoretical framework used is based on Gender Studies and Cultural Studies, in line with the post-structuralist analysis perspective. The results showed that the most vulnerable age group was between 5 and 8 years old, with most victims being abused by teenagers and other men. In addition, the deponents reported that most families did not provide them with any education for sexuality in childhood, especially regarding the prevention of sexual violence/abuse, thus placing them in a vulnerable situation. In this way, the education given to boys reinforces specific gender scripts that advocate freer upbringing, being the family as one of the central institutions that reproduce social and cultural expectations about masculinities and femininities since childhood.

Keywords: sexual violence/abuse; boys; families; gender scripts.

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela UFRGS, licenciado em Letras pela FEEVALE e em Pedagogia pela UNINTER. Orientador pedagógico na Escola SESI de Ensino Médio Albino Marques Gomes de Gravataí, Rio Grande do Sul. e-mail: cristiano1105@hotmail.com.

² Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, coordenando o eixo temático Infâncias, Gênero e Sexualidade. e-mail: jane felice.souza@gmail.com

1. AFINAL, DE QUE FAMÍLIA ESTAMOS FALANDO?

Dados sobre a violência/abuso sexual contra crianças têm mostrado que a maior parte dos casos acontece na residência das vítimas, o que significa dizer que as próprias famílias não estariam conseguindo cumprir o seu papel de proteger as infâncias a contento, violando assim os direitos de sua prole. Tal situação se agrava à medida em que muitas famílias e escolas se recusam a promover uma educação para a sexualidade protetiva, adequada para cada faixa etária, o que acaba fomentando situações de vulnerabilidade deflagradas por possíveis abusadores/as.

O debate sobre de quem seria o papel de uma educação voltada para as questões de gênero e sexualidade tem girado em torno da família e da escola, mas pouco se discute a importância de uma parceria entre essas duas instâncias, e ainda a inserção de novas frentes de proteção e também de acolhimento, como Assistência Social, Conselho Tutelar, Posto de Saúde, Delegacia, entre outras instituições.

Nesse contexto, alguns dados provenientes de pesquisas nacionais e internacionais nos chamam a atenção sobre as famílias na atualidade, a saber: no Brasil, de acordo com o Censo Escolar de 2013, em torno de 5,5 milhões de crianças não possuem o nome do pai no seu registro de nascimento, o que nos faz refletir sobre a paternidade responsável. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva de 2020, aproximadamente 11,5 milhões de mulheres criam sozinhas seus filhos, sendo que 57% dessas mães vivem abaixo da linha da pobreza.

Em relação aos dados de violência, em 2016 o Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) mostrou que 59,90% dos filhos presenciaram a violência com suas mães e 22,27% sofreram maus-tratos juntos com a mãe nos lares brasileiros. Cabe ainda referir que as estatísticas da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de 2016 apresentam que 71,4% das mulheres vítimas de feminicídio deixam órfãos, e 20% desses ficam sob os cuidados da família do agressor.

Conforme ainda dados da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), nosso país é a quarta nação a nível mundial a ter mais casamentos infantis de meninas, ocasionando, principalmente, evasão escolar, gravidez precoce e responsabilidade pelo trabalho doméstico.

Por fim, a ONU (Organização das Nações Unidas) apresenta que o Brasil tem uma taxa de 62 adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens do sexo feminino na faixa etária entre 15 e 19 anos, sendo que a taxa mundial é de 44 grávidas para cada grupo de mil.

Diante desses dados, precisamos nos perguntar: afinal, de que família nós estamos falando? É interessante observar o quanto alguns discursos conservadores operam com uma percepção de família completamente idealizada, não permitindo que as escolas trabalhem com esses temas que envolvem identidades de gênero e sexualidade, alegando que falar sobre esses temas despertaria a curiosidade infantil em torno do sexo. Tais grupos demonstram desconhecimento também em relação aos processos de desenvolvimento infantil, assim como têm uma visão estreita do papel da escola, em especial no que se refere à Educação Infantil, ignorando ainda as estatísticas que nos fazem problematizar tais romantizações em relação às infâncias e suas famílias.

2. O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O TEMA

12

Após uma pesquisa bibliográfica em repositórios digitais de produções científicas nacionais como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o SciELO, com os descritores “violência sexual”, “abuso sexual” e “meninos”, observamos que os trabalhos publicados sobre a temática da violência/abuso sexual nas infâncias são provenientes, na sua maioria, do campo da Psicologia ou do Serviço Social, cabendo destacar que grande parte abrange as crianças como um público geral ou focam somente nas meninas. Dados sobre esse tipo de ocorrência com os meninos são escassos, o que nos tem mobilizado a pesquisar o tema a fim de problematizar tais situações de violência contra as infâncias, na perspectiva das relações de gênero e suas interfaces com a sexualidade.

Jean Von Hohendorff (2016, p. 9), em sua pesquisa sobre a dinâmica da violência sexual contra meninos, evidenciou "a menor visibilidade das situações de violência sexual contra meninos, a influência de padrões sociais de masculinidade e o despreparo da rede de atendimento para intervenção nesses casos". Desta maneira, consideramos fundamental

debater a subnotificação desses casos, a criação dos meninos – que muitas vezes se estrutura a partir de *scripts* de gênero tóxicos para a masculinidade – além de discutir a necessidade de uma rede (in)formativa e protetiva com a participação da escola.

De acordo com o documento "*Cartilha Violência Sexual contra Meninos e Meninas: abuso sexual intrafamiliar e exploração sexual comercial*" (BRASIL, 2014), publicado pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, em especial pela Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que investigou as redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes, as principais causas motivadoras do abuso sexual seriam: (i) famílias com forte desigualdade de poder entre pai e mãe; (ii) modelo feminino desvalorizado; (iii) uso de drogas e álcool; (iv) relação de poder geracional (idade) baseada na subordinação; e (v) desequilíbrio ou transtorno psíquico dos abusadores.

Incluiríamos também nesse cenário a desvalorização das crianças como sujeitos de direitos, pois observamos desde a mais tenra infância um grande controle sobre esses corpos como se não pertencessem a sujeitos que possuem as suas próprias vontades e direitos. Com base nesses cinco pontos apresentados pelo material, fica visível que a família está intrinsecamente ligada à ocorrência da violência/abuso sexual nas infâncias.

Como pontua Fabiana Aparecida de Carvalho (2020, p. 127), há um grande trânsito entre a família que protege e a que violenta, pois segundo a referida autora, a compreensão acerca do abuso sexual é “um elemento fundamental no processo de (possível) comunicação sobre ele. E a família, que exerce a função e o locus protetor, contraditória e simultaneamente, constitui-se como origem e cenário do abuso sexual”. Muitas vezes, e como mostraremos em nossa pesquisa posteriormente, quando há a revelação por parte do menino abusado sexualmente, a família desacredita ou opta por não notificar e nem denunciar a violência, por medo e/ou vergonha, pois se o caso vier à tona podem ocorrer represálias por parte da própria comunidade onde essa família está inserida.

Sendo assim, é interessante pensar como o âmbito familiar é hipervalorizado, contudo também é fundamental, como problematiza Priscilla Maia de Andrade (2019, p. 297), compreender que:

Há uma moralidade embutida na ideia de “vínculos fortalecidos de uma família” e o afeto é encarado como “ativo” familiar, vinculado a sua capacidade protetiva e, conseqüentemente, de bom desempenho de seu papel social: de ser uma “boa família”. A violência intrafamiliar, então, é apreendida como uma ruptura do afeto – algo natural da família. Assim, pressupõe-se que os desencadeadores desse tipo de violência e sua resolução estão no âmbito da “administração e estabilização das interações familiares”.

De acordo com o Relatório Anual do Disque 100 de 2019, a violência/abuso sexual é a quarta violação de direitos de crianças e adolescentes mais incidente em 2019, sendo que o percentual de vítimas de estupros de 2016, segundo dados do Atlas da Violência de 2018, registrou que 50,9% dos casos ocorreram com crianças. Já o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de 2018, mostrou que entre 2011 a 2017, 25,8% das crianças vítimas de violência sexual eram do sexo masculino, e entre as ocorrências de estupro de vulnerável registradas no país em 2019, 15% dos casos foram com vítimas masculinas, porém estas chegam a ser cerca de 20% a 30% entre os 4 e os 10 anos de idade, como apresenta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020.

Pensar na proteção à criança vítima de violência/abuso sexual é ter ciência de que, caso ocorra essa prática, são necessárias três etapas: revelação, notificação e denúncia. De acordo com Maria Inês Galdolfo Conceição et al (2020, p. 104):

A etapa de revelação está ligada ao surgimento de sintomas que acabam por apontar a existência de problemas; a etapa da notificação consiste na publicização da ocorrência da violência; e a etapa da denúncia compreende a instauração de processo judicial para responsabilização do agressor.

Porém, é preciso destacar que a revelação nem sempre se dá com a vítima contando o abuso que sofreu, podendo ocorrer também por meio de sinais de comportamento, que vão desde evidências físicas no corpo, até alterações psicológicas, problemas de relacionamento e queda no rendimento escolar. Já a notificação serve como um instrumento que mobiliza a rede de proteção às crianças e adolescentes, ajudando no planejamento de políticas públicas para o enfrentamento da violência. E a denúncia é uma etapa bastante importante por se constituir como um mecanismo de responsabilização do/a agressor/a.

Como destacam Jean Von Hohendorff, Samara Silva dos Santos e Débora Dalbosco Dell'Aglio (2015, p. 53), um maior conhecimento sobre os casos de violência/abuso sexual contra os meninos "pode contribuir para o fortalecimento da rede de apoio familiar e institucional, assim como para uma maior qualificação dos serviços e dos profissionais que atuam nesses casos". Sendo assim, faz-se necessária maior conscientização da importância desse processo de revelação, notificação e denúncia, pois tende a colaborar com a proteção e qualificação no atendimento dessa demanda.

Um estudo desenvolvido por Carlos Alberto Silvestre Inácio (2015), sobre os relatos maternos acerca do abuso sexual dos filhos, aponta três categorias recorrentes nas falas dessas mães, a saber: (i) a violência, como tema presente na sua trajetória de vida; (ii) a culpa, por não ter protegido o filho; e (iii) a rememoração, por revivenciar o seu próprio abuso. O autor ainda indica a necessidade de uma maior atenção para as mães, "disponibilizando psicoterapia especializada, psicoinformação e treino de habilidades sociais, pois o abuso sexual de seus filhos as fragiliza e as impede de se tornarem elemento positivo na recuperação destes" (INÁCIO, 2015, p. 3).

15

Pensando na família como uma instituição em que frequentemente acontecem casos de violência/abuso sexual, é interessante pensar em algumas características específicas recorrentes desses núcleos. Nesse sentido, Cátula Pelisoli e Débora Dalbosco Dell'Aglio (2008), em seu estudo sobre relacionamentos familiares no abuso sexual, observaram algumas dinâmicas: presença de alcoolismo, conflitos conjugais, violência física e psicológica, pouca afetividade, baixa comunicação, hierarquia rígida, relacionamentos instáveis e desequilibrados, entre outros. As autoras ainda destacam que a família "é apenas um dos contextos entendidos como envolvidos na etiologia da violência, e é compreendida como uma peça desse quebra-cabeças, que ainda inclui fatores relacionados ao indivíduo, à comunidade e à cultura" (PELISOLI; DELL'AGLIO, 2008, p. 58).

Poderíamos ainda indicar algumas características de crianças que são mais propensas ao aliciamento, a saber: as que são mais tímidas, que parecem mais novas do que são na realidade, que confiam demais nos outros, que foram amedrontadas, que são incapazes de se comunicar bem, que são cuidadas por outros ou estão longe de casa, em uma conjuntura de

vida que favorece elas serem manipuladas por um abusador em potencial (SANDERSON, 2005).

Quando o conhecimento da violência/abuso sexual chega à Assistência Social, por exemplo, que atua principalmente no combate à violência intrafamiliar, Andrade (2019, p. 9) destaca que se faz necessário também uma contribuição estatal, elencando três pontos principais:

a) na formação dos profissionais, sobretudo no que concerne às causas da violência passíveis de intervenção em tais serviços, em especial as relações desiguais estabelecidas no âmbito familiar, bem como no suprimento de suas necessidades básicas; b) no desenvolvimento de redes inter setoriais de apoio às famílias; e c) na oferta de aportes públicos capazes de apoiar nas atribuições designadas às famílias, em particular, às mulheres.

Entretanto, como decorrência dos poucos estudos envolvendo violência/abuso sexual contra meninos, ainda percebemos que pouca atenção tem sido dirigida a esses casos. Nesse sentido, cabe aqui mencionar os dados do documento “*Guia de bolso para homens vítimas/sobreviventes de violência sexual*” (2019)³, da associação portuguesa “Quebrar o Silêncio”, grupo que fornece apoio gratuito e confidencial a homens que sofrem/sofreram violência sexual. Esses dados apontam que: 1 em cada 6 homens é vítima de alguma maneira de violência sexual antes dos 18 anos; em média, um homem sobrevivente abusado na infância demora entre 20 a 30 anos até procurar apoio; apenas 16% dos homens sobreviventes considera ter sido vítima de abuso sexual; só 3,9% dos homens sobreviventes de violência sexual denuncia o seu caso.

Uma problemática que está bastante presente nas famílias e na sociedade em geral são os mitos culturais em torno da violência/abuso sexual contra meninos e homens, e estes podem causar obstáculos na compreensão dos casos e também no seu tratamento. O site da *1in6* – uma fundação estadunidense criada em 2007 para ajudar homens que foram abusados sexualmente – lista sete principais equívocos que precisam ser desconstruídos: (i) meninos não

³ Disponível em: <<http://quebrarosilencio.pt/wp-content/uploads/GUIA-DE-BOLSO.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

podem ser abusados sexualmente; (ii) o abuso é sempre culpa do menino; (iii) o abuso sexual é menos prejudicial para os meninos; (iv) somente homens gays são abusadores; (v) ser um homem sobrevivente de abuso sexual significa que ele é gay; (vi) meninos abusados por mulheres são "sortudos"; e (vii) homens sobreviventes irão abusar outros igualmente.⁴

Com base nesse contexto envolvendo pensamentos equivocados sobre a violência, Blace A. Nalavany e Neil Abell (2004) elaboraram uma escala de percepção de abuso sexual de homens (SAMPS – Sexual Abuse of Males Perceptions Scale), que avaliaria as percepções individuais de um sujeito acerca de mitos sobre o abuso sexual contra meninos e homens. A escala conta com 20 itens divididos em três segmentos: a atribuição de culpa; a identidade de gênero e perpetração sexual implícita; e a negação de consciência e impacto.

É um exemplo de item do primeiro segmento a afirmação de que se a violência sexual não envolveu força física, o menino deveria ter impedido sua ocorrência; do segundo segmento, a assertiva de que se a pessoa que violentou sexualmente o menino é um homem, então esse menino deve ser gay; e do terceiro segmento, a indicação de que se o menino ficou sexualmente excitado durante a violência sexual, então essa violência não foi prejudicial.

17

Nalavany e Abell (2004, p. 377) ainda destacam que:

O SAMPS poderia ajudar meninos e homens (e membros da família) a identificar os mitos que estão contribuindo para a raiva, confusão, constrangimento e vergonha. Por fim, a invalidação desses mitos pode levar à libertação pessoal e social de conceitualizações defeituosas das experiências de abuso sexual infantil (tradução nossa).⁵

Vale mencionar que esses pensamentos equivocados estariam diretamente relacionados com a descrença de muitos sujeitos acerca da ocorrência de violência/abuso sexual em meninos. A *"Pesquisa Violência Sexual: Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil"*, desenvolvida em 2016 pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a Locomotiva Pesquisa & Estratégia, apontou que a população entrevistada acredita que

⁴ Disponível em: <<http://lin6.org/get-information/myths>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

⁵ The SAMPS could help boys and men (and family members) identify the myths that are contributing to anger, confusion, embarrassment, and shame. Ultimately, invalidation of these myths can lead to personal and social liberation from flawed conceptualizations of the experiences of childhood sexual abuse.

apenas 2% das vítimas de estupro no país são meninos. Tal dado nos mostra o quanto a violência/abuso sexual contra os meninos é invisibilizada e também negada pelas pessoas em geral, o que só reforça a ideia equivocada de que eles não sofrem com tal prática ou que não há consequências para os meninos abusados.

Nesse sentido, Cristiano Eduardo da Rosa e Jane Felipe (2020, p. 163) destacam a importância de se debater:

Como fazer para que a violência sexual contra meninos seja mais discutida, assim como ocorre com a violência sexual contra meninas? Como são os serviços das redes de proteção e de atendimento disponíveis para essas vítimas? Como os profissionais dessas redes podem auxiliar os meninos? O que torna os meninos vulneráveis para a violência sexual? Que intervenções seriam possíveis de serem realizadas para evitar e remediar tal ocorrência?

Ainda é possível lembrar algumas manchetes de noticiários que mostram casos de abuso, violência e até mesmo de assassinatos de crianças que são cometidos pela própria família. Em alguns desses casos, suspeita-se que os meninos mortos demonstravam comportamentos não condizentes com os *scripts* de gênero masculino, uma vez que desde a mais tenra idade os meninos são educados para exibir uma masculinidade heteronormativa, que reafirma e supervaloriza a heterossexualidade (BELLO, 2006; LEGUIÇA, 2019). Algumas reportagens relatando violências cometidas pelos próprios pais contra os meninos tiveram motivação misógina e/ou homofóbica, na medida em que as vítimas apresentaram comportamentos interpretados como muito próximos ou semelhantes a traços mais afeminados.⁶

Esses *scripts* de gênero (FELIPE, 2019, p. 242) são entendidos como:

⁶ São exemplos de casos as notícias: "Menino de 8 anos é espancado até a morte pelo pai para 'andar como homem'" de 2014 (Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,menino-de-8-anos-e-espancado-ate-a-morte-pelo-pai-para-andar-como-homem,1137536>>), "Pai espanca filho de 3 anos que usou batom: "Não quero viado em casa"" de 2019 (Disponível em: <<http://www.metropoles.com/brasil/pai-espanca-filho-de-3-anos-que-usou-batom-nao-quer-viado-em-casa>>) e "Pai arranca couro cabeludo do filho com faca por achar o corte "homossexual"" de 2021 (Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-03-12/pai-arranca-couro-cabeludo-do-filho-com-faca-por-achar-o-corte-homossexual.html>>). Acesso em: 29 jul. 2021.

Roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re)escrever seus próprios *scripts*.

Sendo assim, essas expectativas vão sendo construídas ao longo das nossas vidas por variados discursos (jurídico, médico, midiático, psicológico e religioso, entre outros) e diversas instituições (família, escola, igreja, etc.), ditando como devemos ser e nos comportar com base no fato de termos nascido com determinada genitália. Nessa lógica, Berenice Bento (2011, p. 552) problematiza que "as reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica".

Em resumo, ao analisarem a categoria gênero nas produções da pós-graduação da área da Educação sobre violência sexual contra crianças no período de 1987 a 2015, Raquel Baptista Spaziani e Cláudia Pereira Vianna (2020, p. 14) evidenciaram que tais pesquisas têm dado "pouca visibilidade às temáticas da pedofilização e erotização infantil, das mulheres autoras da violência sexual contra crianças e dos meninos vitimizados sexualmente – indicando que esses são temas a serem aprofundados"⁷. Desta maneira, realizamos esta pesquisa no sentido de lançar novos olhares para a violência/abuso sexual contra os meninos, a partir do campo da Educação, tensionando principalmente o papel da família e da escola, no que tange à proteção das infâncias.

3. TRAÇANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÃO

A fim de responder ao problema desta pesquisa acerca do papel da família frente aos casos de violência/abuso sexual contra meninos, produzimos dados empíricos para análise por

⁷ Para compreender melhor o conceito de pedofilização, sugerimos a seguinte leitura: ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pedofilização e *scripts* de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa?. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 10, n. 1, p. 64-82, 2022.

meio de um questionário *online* sobre a temática, em que homens foram convidados a responderem e repassarem o convite para outros – desse modo, nós utilizamos as técnicas de relações em rede e *snowball* (bola de neve). Estes primeiros sujeitos eram integrantes de cinco grupos de pesquisa vinculados a Instituições de Ensino Superior brasileiras, a saber: GEERGE (UFRGS), GEED (UNEAL), NEPEGS (IFSUL), Nós do Sul (FURG) e NUDES (UERJ).

O questionário, que apresentava resumidamente a proposta da pesquisa e seus objetivos, também tinha um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os depoentes sinalizarem o aceite na participação. Além disso, o documento *online* também apresentava um total de 20 questões – 10 delas em que todos os participantes respondiam a fim de traçar um perfil dos depoentes e 10 em que somente os homens que afirmavam ter sofrido violência/abuso sexual na infância respondiam, com informações mais específicas sobre a/as ocorrência/s. O referido questionário ficou aberto para respostas entre os dias 14 e 16 de julho de 2020 por meio do Google Formulários, registrando ao todo 170 homens que participaram da pesquisa, sendo que 43,5% destes (74 deles) declararam terem sido vítimas de violência/abuso sexual na infância.

As questões acerca do perfil dos depoentes mostraram que eles eram de 19 estados brasileiros diferentes, com idades entre 18 a 67 anos; quanto à raça, 54,1% se declararam brancos e 41,4% negros. Além disso, 48,8% eram solteiros e 52,4% heterossexuais; e em relação à escolaridade, 22,4% tinham especialização e 20,6% a graduação completa. Um fato relevante que observamos em nossa pesquisa foi a de que muitos homens passaram a considerar que foram abusados sexualmente na infância somente depois que leram as questões formuladas no nosso questionário, quando puderam compreender melhor a temática.

Outro aspecto importante foi o fato de não haver identificação de seus nomes, o que possibilitou um espaço de segurança e confidencialidade para contar as suas histórias sem se sentirem expostos e julgados. Além disso, cabe aqui ainda ressaltar que o levantamento de dados de nossa pesquisa, em momento algum, teve a intenção de comparar ou mesmo criar uma vitimização maior para a violência/abuso sexual contra meninos em relação às meninas.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ONDE ESTAVAM AS FAMÍLIAS?

Os resultados da pesquisa, de modo geral, demonstram a urgência para difundirmos o debate sobre a violência/abuso sexual contra os meninos, refletindo principalmente sobre o papel das famílias na proteção e acolhimento dessas crianças. A produção de informações mostrou que a maior incidência etária em que os meninos sofreram o primeiro abuso sexual foi entre os 7 e 8 anos para 31,1% dos entrevistados e entre os 5 e 6 anos para outros 21,6%, o que indica a vulnerabilidade dos meninos em idade escolar, seja na Educação Infantil ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Questionamos aqui onde estava a família quando esses meninos foram vítimas e também a importância da escola como espaço protetivo, de escuta, de observação, de formação continuada e de informação (SANTOS; FELIPE, 2016; ZANETTE, 2018; FELIPE, 2019).

Embora exista hoje, em especial por parte de grupos conservadores, um reiterado (e inflamado) discurso sobre o direito exclusivo das famílias de discutir sexualidade com as crianças, atrelado também a um pânico moral em relação à possibilidade do conceito de gênero ser debatido nas escolas, os dados estatísticos sobre a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes nos mostram o quanto tais grupos operam com uma visão idealizada de família e infâncias. Percebe-se que as famílias e as escolas não têm sido capazes de informar para proteger (SERPA, 2016).

Importante destacar que uma pesquisa da empresa global Kaspersky Lab sobre cibersegurança realizada em 2018⁸ apontou que quase 40% dos brasileiros confessam publicar fotos de filhos e filhas com poucas roupas ou trajes íntimos em suas redes sociais. Tal atitude da família indica que esta seria uma ameaça para a segurança das crianças ao compartilhar imagens assim, possibilitando que desconhecidos possam fazer uso delas para fins sexuais e colocando filhos e filhas em situações de *cyberbullying* na adolescência. Segundo o levantamento feito, uma medida mais segura seria tornar as publicações das crianças com

⁸ Disponível em: <http://www.kaspersky.com.br/about/press-releases/2019_39-por-cento-dos-brasileiros-admitem-postar-fotos-de-seus-filhos-com-poucas-roupas>. Acesso em: 22 mar. 2021.

roupa de banho, na piscina e/ou na praia, por exemplo, restritas apenas aos amigos, não as colocando como públicas.

No que se refere à pornografia infantil, em diversos sites com conteúdo pornográfico, além da categoria “novinhas”, há também a categoria “novinhos”, que direciona o internauta a imagens e vídeos de meninos que são amplamente erotizados ou mesmo colocados em atos sexuais com outros meninos de mesma idade ou com homens mais velhos, a fim de satisfazer e estimular o consumo de determinados espectadores em relação a esse tipo de imagem. E em casos de famílias com baixa renda, poderíamos aqui ainda salientar a situação de sujeitos mais velhos que pagam ou dão presentes a jovens para que estes satisfaçam seus desejos afetivos/sexuais. No caso dos homens, são chamados de “*sugar daddies*”, cuja prática tem funcionado também de maneira aberta pela internet, como é o exemplo do site “Meu Patrocínio”, que traz como chamada “*A Maior Rede Sugar do Brasil: Mulheres Lindas, Homens Ricos*”, possibilitando a inscrição de “*sugar daddy*” e “*sugar baby*”, para sujeitos independentes de orientação sexual.⁹

Em relação aos sujeitos que cometeram violência/abuso sexual contra os meninos, 20% dos respondentes afirmaram terem sido abusados por uma mulher – empregada doméstica, amiga de irmã, tia, desconhecida, babá, prima, professora, amiga da mãe. Nesse contexto, ainda é importante problematizar como, por vezes, mães também podem ser abusadoras e, por terem esse papel de genitora, não veem tal situação como abuso (SERPA, 2016). Cássio Bravin Setubal et al (2019, p. 1) apontam que, a partir de um estudo de caso realizado, diversos fatores estão envolvidos quando a mãe comete violência/abuso sexual contra filhos/as, como: “vitimização da ofensora na infância e adolescência; vitimização sexual das filhas; qualidade dos vínculos afetivos; violência interacional; uso de drogas /álcool, e violência conjugal”. É uma questão complexa e que também merece atenção especializada de profissionais para essa demanda.

Ainda sobre os/as agressores/as, 43,2% apontaram que este/a tinha idade entre 14 e 18 anos, ou seja, jovens também em idade escolar. Cristina Fukumori Watarai (2009, p. 176) destaca que, por vezes, a violência/abuso sexual que ocorre entre irmãos é interpretada como

⁹ Disponível em: <<http://www.meupatrocinio.com>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

menos abusiva ou danosa, como uma manifestação natural da sexualidade da criança. A autora destaca que a estrutura familiar que sustenta esses tipos de relacionamentos aponta para:

Uma família com característica incestogênica, com a presença de confusão de papéis e gerações, bem como com a predominância da lei do segredo. Observamos que a subjetividade tem-se configurado em um ambiente de extrema violência, não facilitador para um desenvolvimento afetivo saudável e com um discurso sobre a sexualidade a acentuar, nessas famílias, o seu caráter de tabu.

Cabe lembrar que a criação dos meninos por muitas famílias está relacionada diretamente com a manutenção das expectativas que se colocam sobre eles, o que chamamos aqui de *scripts* de gênero (FELIPE, 2019). Desse modo, as famílias reproduziriam as expectativas sociais e culturais sobre as masculinidades e as feminilidades desde a mais tenra infância, criando os meninos com muito mais liberdade, situação essa que pode torná-los mais vulneráveis à ocorrência de variados tipos de violência, dentre elas o abuso sexual.

23

Neste contexto, consideramos relevante discutir a relação adulto-criança que é sempre uma relação de poder, o que acaba dificultando qualquer possibilidade de pedido de socorro por parte da criança, principalmente quando esta se vê sozinha diante do agressor. Contudo, tal submissão faz com que eles se sintam mais culpados ainda pelo acontecimento, fortalecendo a prática do silêncio acerca da violência, seja por medo ou mesmo por vergonha de tal abuso.

Outro lado desse silenciamento pode vir por parte da família, que muitas vezes acaba sendo conivente com a situação ou mesmo não acreditando na palavra da criança. O local onde 50% dos abusos dos homens depoentes de nossa pesquisa ocorreram foi na própria casa da vítima, sendo que 39% dos/as abusadores/as eram membros das famílias das vítimas, com maior índice para primos/as e tios/as; fora do âmbito familiar, o índice maior foi com amigos/as da família e vizinhos/as. É interessante notar o quanto a criança já percebe que está em desvantagem nessa relação, a ponto de não contar para a família as agressões e abusos sofridos com medo de não ser acreditada. Além disso, ela pode pensar que ao delatar seu

agressor, poderá causar mal-estar no grupo familiar, pois muitas vezes ela pode nutrir algum afeto pelo agressor (avô, tio, irmão mais velho, etc.).

Nesse sentido, André Assis Breder de Oliveira (2017) discute a identidade masculina e o traumatismo sexual de meninos quando são vítimas de abuso pelo próprio pai. O autor, que trabalhou com três categorias de materiais – autobiografia, depoimentos colhidos em entrevistas e relatos clínicos em psicoterapia – opera com o conceito de "meninos traídos" por considerar, com base em suas análises de casos, a violência cometida pelo sujeito que seria o exemplo de homem para o menino abusado como uma espécie de traição. Além disso, as consequências dessas experiências afetariam diretamente a noção de orientação sexual dos meninos, que sentem que a sociedade os veria como menos homens, tendendo à ideia de uma homossexualidade, assim como seria a visão de muitos deles sobre si mesmos.

Camila Vaz Abeche (2016, p. 51), investigando os estilos parentais desenvolvidos nas famílias de meninos com histórico de abuso sexual, destaca que:

Apesar das mudanças de valores e conceitos dentro do âmbito familiar, observa-se que há fatores compreendidos pela literatura como importantes ao desenvolvimento psíquico e emocional da criança, os fatores de proteção para um psiquismo saudável. Alguns fatores de proteção, como dinâmica de relação familiar, fatores socioeconômicos, nível de escolaridade dos pais, relação conjugal e doença psiquiátrica familiar são importantes. Estes fatores podem ser tanto de proteção como indicadores de risco para situações de abusos intrafamiliares e também extrafamiliares, como abuso psicológico, violência doméstica e os abusos sexuais.

A autora ainda destaca que, com base em sua pesquisa, há uma estreita relação entre a negligência familiar e outras maneiras de abuso com a ocorrência da violência/abuso sexual, afetando diretamente a criança na percepção em relação aos pais/responsáveis e suas práticas educativas – o que ela opera como estilos parentais (ABECHE, 2016, p. 52). Sendo assim, a negligência acaba operando como uma espécie de porta de entrada para o abuso, principalmente nos casos em que as famílias deixam os meninos soltos pela vizinhança como se pudessem governar seus corpos sem a necessidade de um/a responsável.

Na perspectiva do pensamento sobre as famílias que não educam para a sexualidade, cabe aqui a reflexão acerca do quanto essa não prática acaba por corroborar a criação de possíveis abusadores em potencial. Ao mesmo tempo em que há famílias que se preocupam com a educação sexual de seus filhos e suas filhas, há outras que, ao desprezar a importância de proporcionar tais saberes, tendem a fomentar sujeitos que não governam seus próprios corpos e que abusam de outros, aqueles mais vulneráveis e, consequentemente, incidem na naturalização de uma violência/abuso sexual infantil.

Uma pesquisa documental identificou o perfil familiar de vítimas de abuso sexual de sexo masculino e seus ofensores ao analisar 35 prontuários inscritos em um serviço de saúde no Distrito Federal ao longo de 13 anos, mostrando que:

Além da carência econômica, são famílias atendidas em instituição pública, baixa escolaridade, dificuldade de acesso aos recursos advindos da comunidade, falta de apoio institucional, como creches e escolas em tempo integral e, assim, constroem estratégias próprias de proteção à infância e adolescência. As iniciativas individualizadas de proteção aos filhos fazem com que as famílias acionem a delegação do cuidado a parentes imediatos (irmãos, avós), ou relativamente próximos (tios, primos) (PENSO et al, 2019, p. 9).

Como nossa pesquisa evidenciou, a maior parte dos/as agressores/as membros da família da vítima era composta justamente de irmãos/ãs, primos/as e tios/as. Esses familiares, em geral, acabavam ficando com a responsabilidade de cuidar dos meninos quando a mãe ou o pai estavam ausentes. Portanto, ao mesmo tempo em que se levanta a ideia de uma organização familiar que ajuda no cuidado e na proteção de crianças e jovens, pelo fato de diferentes sujeitos estarem envolvidos nesse atendimento, tal prática acaba possibilitando uma falta de controle em relação às ações cometidas pelos/as cuidadores/as e vulnerabilizando ainda mais os meninos.

Em pesquisa com base nas notificações e prontuários no Distrito Federal, Amanda Pinheiro Said (2017, p. 4) constatou que tanto estigmas quanto preconceitos em relação ao que se esperava das identidades masculinas “interferiram na manutenção dos segredos e silêncios em torno do abuso sexual e também influenciaram a reação e consequências pós-

abuso para os familiares das vítimas do sexo masculino". Dessa maneira, observamos como aspectos do machismo presentes na sociedade atingem negativa e violentamente também as infâncias, de modo a prejudicar o desenvolvimento das crianças enquanto sujeitos de direitos. Cabe também lembrar que essa educação machista que muitas famílias implementam acabam reverberando em outras maneiras de violência, como contra mulheres e população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas Intersexo) no Brasil.

Pouco mais da metade dos homens depoentes de nossa pesquisa afirmaram terem contado para alguém sobre o abuso sofrido. Contudo, houve relatos de que, ao contar para familiares, o ato de violência foi naturalizado de maneira imediata, sendo, inclusive, objeto de riso quando foi relatada a situação. Além disso, quando o abuso foi cometido por uma mulher e relatado para o pai, alguns participantes destacaram que este se mostrou até orgulhoso do filho ter passado por tal experiência, concebendo a violência como algo positivo para a vida sexual do menino. Cabe ainda destacar que muitos homens apenas contaram sobre o abuso vivido somente na vida adulta, muitos anos depois do ocorrido.

Conforme Franklin Silva (2018, p. 192):

O preconceito, a falta de informação e o estigma presentes na relação do abuso sexual contra meninos fortalece a condição de recorrência da violência, uma vez que, essas violências foram notificadas com um intervalo longo de tempo após a ocorrência do abuso e outras que nem se quer foram notificadas, favorecidas pela associação com a homossexualidade e a crença de que o abuso não havia provocado danos consideráveis a vida da vítima.

Destacamos, ainda, que 80% dos homens que foram abusados na infância e que contaram o fato para alguém, relataram que suas famílias tinham a prática de conversar com os filhos, enquanto aquelas famílias que não deram quaisquer orientações sobre questões sexuais, não conseguiram produzir nos filhos confiança suficiente para que eles contassem sobre o abuso sofrido, pois apenas 52% deles conseguiram contar para alguém sobre a violência sofrida. E dos depoentes que relataram terem sofrido violência sexual na infância, 39% contaram para alguém da sua família, 39% para amigos, 11% para cônjuge e 11% para

psicólogo/a – cabe aqui salientar que cerca de 50% desses homens somente falaram na idade adulta sobre o abuso sofrido quando criança.

Abaixo, alguns excertos do que os homens escreveram sobre tal questão no formulário da investigação:

Contei para meus familiares. O ato de violência verbal e visual foi naturalizado de forma imediata. Foi inclusive objeto de riso quando relatei a situação (27 anos, pardo, homossexual, abusado entre os 7 e 8 anos pelo cunhado).

Contei para meu pai. Inicialmente ele ficou orgulhoso, depois percebeu que a moça estava me manipulando, me deixando angustiado e tímido. Ele ameaçou ir a delegacia se ela não parasse de me ligar e me procurar (43 anos, branco, homossexual, abusado entre os 13 e 14 anos pela amiga da irmã).

Contei já adulto, mas as pessoas não consideram abuso por ser uma mulher manuseando ou acariciando um garoto (34 anos, branco, heterossexual, abusado entre os 7 e 8 anos pela babá).

Observamos, então, como uma educação para a sexualidade na família também estabelece vínculos de confiança com os meninos, deixando-os seguros para contarem caso tenham vivido alguma experiência abusiva. Entretanto, alguns depoimentos por escrito coletados em nosso questionário mostraram como, por vezes, o machismo da família acabou por considerar que o abuso cometido por uma mulher contra seu filho seria, na verdade, a sua iniciação sexual, sendo algo natural e até mesmo desejável, dentro de uma “normalidade” esperada para o sexo masculino, mesmo na infância. Podemos depreender, a partir dos relatos dos depoentes, que quando estes contaram para algum familiar a respeito da experiência vivida, ficou evidenciado o despreparo e a inabilidade da família para reconhecer o abuso.

Além disso, em um dos depoimentos produzidos no questionário, um homem referiu que o abuso sofrido se confundiu também com uma lembrança perturbadora da sua infância, ao ouvir e presenciar atividades sexuais entre seus pais. Tal fato evidencia, por vezes, a falta de cuidado das famílias em relação à sua intimidade quando se trata da relação sexual, visto

que as crianças pequenas não entendem determinadas cenas caso as presenciem, podendo interpretá-las como práticas agressivas.

É importante salientar também que as consequências não aparecem só na vida adulta, mas antes mesmo disso, como mostra a pesquisa de Mery Pureza Candido de Oliveira (2010), ao investigar as características psicosssexuais de adolescentes do sexo masculino que foram vítimas de violência/abuso sexual quando crianças. Segundo a referida autora, a história de abuso sexual em meninos “pode ser um dos fatores de risco para posteriores déficits de acessibilidade da memória e pode estar associado com a repetição e a gravidade do comportamento sexualmente agressivo na adolescência” (OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Em nossa pesquisa, quando questionados sobre de que maneira tais experiências afetaram os homens na época do abuso, grande parte disse que não entendeu o que aconteceu, e muitos depoentes sentiram medo, associado à vergonha, tristeza e isolamento, como podemos observar nos excertos a seguir:

Não processei muito, a não ser a ciência de que era algo proibido (44 anos, heterossexual, abusado entre os 5 e 6 anos por amigos e adolescente cuidador).

Muita culpa, me senti sujo e me fez eu me fechar totalmente para minha sexualidade (54 anos, homossexual, abusado entre os 11 e 12 anos por um desconhecido).

Na época não dimensionei o ocorrido, mas parei de brincar na rua e me isolei em casa (27 anos, homossexual, abusado entre os 7 e 8 anos por vizinhos).

E acerca de como tal experiência vivida na infância os afeta nos dias de hoje, os homens entrevistados afirmaram ter dificuldade em se relacionar afetiva e sexualmente com outra pessoa, assim como problemas com a própria sexualidade e sentimento de culpa e insegurança, como mostram os relatos abaixo:

Não consigo me relacionar afetiva e sexualmente com ninguém (32 anos, negro, homossexual, abusado entre os 7 e 8 anos por vizinho).

Até hoje sou muito desconfiado com as pessoas. E quando estou num relacionamento, fico travado com certas atitudes (pegar no meu braço, gritar comigo) (33 anos, pardo, homossexual, abusado entre os 5 e 6 anos por 4 primos, pelo irmão e o marido de uma amiga de sua mãe).

Sempre tive vergonha de falar sobre sexo e desenvolvi transtorno da ansiedade e ejaculação precoce (33 anos, branco, heterossexual, abusado entre os 5 e 6 anos pela tia).

Outro dado que nos chamou a atenção foi o fato de que, para 75,7% dos meninos, a violência/abuso sexual se repetiu durante meses ou mesmo anos, como podemos verificar nos depoimentos que seguem:

Aconteceram sempre tendo o mesmo abusador. Aconteceu por meses... até eu enfrentar a situação e dar um basta mesmo com muito receio de alguma brutalidade (31 anos, pardo, homossexual, abusado entre os 13 e 14 anos por um vizinho).

Ocorreram por anos, chegou à minha pré-adolescência (33 anos, pardo, homossexual, abusado entre os 5 e 6 anos por 4 primos, pelo irmão e o marido de uma amiga de sua mãe).

Uns 10 anos de forma aleatória, pela mesma pessoa (26 anos, branco, homossexual, abusado entre os 7 e 8 anos pelo primo).

Tal estatística nos remete a outra pergunta do nosso questionário, a saber: se, quando criança, a família deu algum tipo de educação sexual para que ele se protegesse de alguma maneira de possíveis abusos sexuais? Apenas 13,5% dos homens responderam positivamente, o que mostra a importância de implementar uma educação para a sexualidade protetiva.

Nesse cenário, percebemos o quanto é importante que nós, pesquisadores e pesquisadoras da área da Educação (e áreas afins), possamos ouvir as crianças, creditando e problematizando o que elas nos dizem. Rosângela Francischini e Natália Fernandes (2016, p. 68) salientam que:

Ouvir o que as crianças têm a dizer sobre suas experiências, consultá-las a respeito das questões que afetam seu dia a dia, na família, na escola e nos demais contextos de socialização, possibilita, ao pesquisador, e àqueles implicados em programas de intervenção junto a essa população, ter acesso a

um universo de significações próprio, o qual pode subsidiar, inclusive, as propostas de intervenção a elas dirigidas.

Sendo assim, além de ouvir o que os meninos têm a dizer, seria preciso acolhê-los de outras maneiras também, conversando e orientando sobre o que fazer em casos de violência/abuso sexual, desfazendo pensamentos equivocados que são naturalizados nas próprias crianças. Assim como romper com alguns mitos que vão se criando justamente pelo fato de que pouco se debate sobre a temática ao tomá-la como polêmica.

Em pesquisa que investigava o que as crianças pensavam sobre as situações de violência que elas vivenciavam em seu cotidiano e como as interpretavam, em especial no que referia às violências de gênero vivenciadas em suas famílias, Jéssica Tairâne de Moraes (2019, p. 97), levantou relatos que foram para além de violências presenciadas, mas também sofridas pelas crianças. Em um de seus ensaios de análise do estudo, a autora destacou a fala de um menino que contou ter sido abusado. Segundo a referida autora, no momento da roda de conversa, “foi possível notar sintomas de ansiedade enquanto verbalizava a situação, como respiração ofegante, boca seca e movimentos repetitivos com as mãos, o que é capaz de nos mostrar o quanto essa violência e ter de mantê-la em segredo, até então, o causou sofrimento”.

Portanto, destacamos a importância de conversar com as crianças sobre potenciais perigos e sobre segurança. Christiane Sanderson (2008) indica que a conversa seja feita de maneira não ameaçadora, mas calma e controlada, utilizando linguagem apropriada para a idade e discutir o que significa “estranho”. Experiências cotidianas familiares também podem ser utilizadas como exemplos para reforçar algo que pode ser aceito e o que deve ser evitado. Além disso, é fundamental falar com a criança que o corpo é só dela e ninguém tem o direito de tocá-lo, ainda mais sem seu consentimento, mesmo sendo alguém próximo da família. E o mais importante seria construir com a criança um vínculo de confiança e demonstrar como sempre há abertura para conversas, para que ela se sinta à vontade para contar ou perguntar acerca de alguma situação.

Em seu estudo sobre famílias e situações de ofensa sexual, Maria Cristina Milanez Werner (2009, p. 373-374) destaca que:

É necessário não mais respeitar a “sagrada família”, cercada de muros que preservam tanto a privacidade adequada quanto a nefasta, a fim de poder romper o silêncio que impede a ajuda à criança e ao adolescente ofendido. Muitas vezes, porém, outros adultos da família ou da escola que percebem que algo vai mal nos bastidores familiares, mesmo querendo romper o pacto de silêncio e vir ao encontro da criança ofendida, não sabem ou não conseguem fazê-lo.

Analisando os resultados de nossa pesquisa, acreditamos também que seja necessário compreender a violência sexual em seus vários aspectos de maneira contemporânea, principalmente quanto aos sujeitos envolvidos: agressor/a e vítima. Nesse sentido, Laura Lowenkron (2014, p. 233-234) observa alguns deslocamentos históricos para esse entendimento que reconhece e organiza a violência sexual, propondo quatro eixos: "i) da violência física à violência moral; ii) da ameaça à honra das famílias à violência contra a pessoa; iii) da ênfase no gênero à ênfase na geração; iv) dos atos criminosos aos indivíduos perigosos". Além disso:

Sugiro que esses quatro deslocamentos articulados fazem aparecer uma nova ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual (a pedofilia), uma nova vítima privilegiada (a criança abusada), um novo efeito (o trauma e a desestabilização psíquica) e um novo personagem ou um novo nome para aquele que protagoniza esse tipo de “ataque” (o pedófilo).

31

Sendo assim, concordamos que seria preciso repensar a ideia que temos construída sobre violência sexual e adequá-la ao contexto que analisamos, aqui, no caso, essa ocorrência contra meninos. Podemos refletir: como essa experiência na infância afeta a moral do menino ou mesmo do homem em idade adulta; como a família se vê com a honra ameaçada diante do abuso de seu filho; como a relação de poder de um adulto sobre uma criança não difere em relação ao gênero da vítima (se é menina ou menino); e como seria preciso encarar o/a agressor/a como um sujeito criminoso, que viola os direitos da infância, e, portanto, deve ser denunciado de acordo com a lei.

5. SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS PARA PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS

A partir dos limites e das possibilidades de análise da revisão bibliográfica realizada e dos resultados da pesquisa aqui apresentados, talvez possamos pensar nas seguintes considerações/indagações sobre o papel da família em relação à violência/abuso sexual contra os meninos: o que se espera da família para a educação de um menino na infância? Quais os *scripts* de gênero a ele direcionados em seu âmbito familiar? Que tipo de "defesa" ele é ensinado a ter frente a um ato de violência? Que vínculo de confiança se estabelece com o menino para que este conte para a família caso alguma situação suspeita aconteça?

Por meio do retorno ao nosso questionário, observamos como as consequências na vida adulta da violência sexual ocorrida na infância estão presentes na maioria dos homens, seja de maneira consciente ou inconsciente. A dificuldade de se reconhecer como vítima de uma violência/abuso sexual, somada ao incentivo de uma iniciação sexual precoce dos meninos, faz com que eles demorem anos para falar abertamente sobre a violência sofrida. Outro ponto importante é o fato deles não serem culpabilizados pelo abuso em função das roupas que estavam vestindo, ou por frequentarem determinados locais, como ocorre em relação às meninas.

Reiteramos aqui o quanto é importante que as famílias assumam sua função protetiva, de acolhimento aos meninos (e às meninas) vítimas de violência/abuso sexual. Para a pesquisadora Jane Felipe (2020)¹⁰, o fato das pessoas terem a capacidade biológica de procriar não significa que automaticamente tenham competência técnica e emocional para educar uma criança, pois é preciso compreender como ela se desenvolve, uma vez que cabe ao adulto ajudá-la a construir uma autoestima adequada, estabelecendo uma relação de confiança e segurança. Além disso, é preciso que a família seja capaz de exercer uma competência afetiva – prover afeto, proteção e disponibilidade – assim como a capacidade de ouvir e acolher a criança em suas angústias e necessidades.

Percebemos nos depoentes de nossa pesquisa que a experiência da violência/abuso sexual quando criança afetou na vida adulta das vítimas de variadas maneiras, principalmente

¹⁰ Vide Canal Anita Pereira - UFPB, Aula 11 - Diálogos sobre gênero e sexualidade, de 9 de novembro de 2020. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MXGil8_t_SQ>. Acesso em: 22 mar. 2021.

nos relacionamentos. Além disso, os resultados apontaram para um alto índice de meninos que não contaram para suas famílias na época do abuso porque pressentiram que não seriam ouvidos. Foi possível também concluir que os meninos vítimas não tiveram nem orientação e nem apoio da família ou da escola, talvez por sua educação estar muito vinculada à manutenção dos *scripts* de gênero masculinos que pressupõem que eles sabem se defender.

Por outro lado, observamos que as crianças percebem a relação desigual entre elas e os adultos e não conseguem reagir à violência por diversos motivos, por isso a importância da construção de uma rede (in)formativa e protetiva sobre essa temática para proteção e acolhimento. Tal rede tende a fortalecer, principalmente na família e na escola, vínculos de confiança com as crianças, mostrando aos meninos, em especial, que suas vulnerabilidades também precisam ser consideradas, debatidas e enfrentadas.

Em relação às famílias que não se sentem confortáveis ou mesmo preparadas para falar ou responder às questões que seus filhos trazem, envolvendo a sexualidade, tais como: anatomia e mudanças no corpo, desejos, masturbação, iniciação sexual e ISTs, entre outros, seria importante que elas buscassem ao menos alguma ajuda para que esse diálogo acontecesse. No entanto, diante das curiosidades que as crianças trazem envolvendo gênero e sexualidade, muitas famílias (e docentes) têm ao menos cinco atitudes: preferem ignorar ou fingir que não viram ou ouviram as dúvidas infantis; ou ainda repreendem a criança por trazer as questões; dizem que crianças não têm idade para saber de determinadas coisas, pois não iriam entendê-las, postergando assim para um futuro distante quaisquer possibilidades de responder às demandas delas.

A quarta postura por parte dos adultos implica no repasse de informações equivocadas diante das curiosidades infantis, reforçando explicações mirabolantes e inverídicas (*“bebês vêm da cegonha”* e *“a mãe engole uma semente que vai crescendo dentro da barriga”* são algumas dessas explicações mágicas). E por último, uma parcela das famílias prefere orientar as crianças e responder às dúvidas que elas trazem ou tomam a iniciativa de conversar sobre esses temas considerados sensíveis, principalmente com o intuito de orientá-las e protegê-las.

Falar sobre intimidade e privacidade em relação ao corpo e à sexualidade, assim como acerca dos cuidados e o respeito necessários para consigo mesmo e os outros, faz com que a

criança tenha consciência de como agir diante de determinadas situações. Como exemplo, podemos citar o entendimento acerca de onde, como e com quem poderia ter algum nível de confiança para ser tocada (ao se despir para trocar de roupa ou tomar banho, ser auxiliada no seu processo de higiene íntima, etc.).

Desta maneira, procurando contribuir de alguma maneira no campo temático abordado em nossa pesquisa, acreditamos que essa comunicação dentro do ambiente familiar, que chamamos aqui de educação para a sexualidade, pode colaborar de maneira significativa para a proteção das infâncias, evitando assim que meninos e meninas sejam vítimas de violência/abuso sexual e outras formas de violência, assim como que, quando estas aconteçam, os casos sejam relatados a fim de haver denúncia e notificação desses crimes.

REFERÊNCIAS

34

ABECHE, Camila Vaz. **Personalidade, estilos parentais e cognição em meninos vítimas de abuso sexual**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

ANDRADE, Priscilla Maia de. **O Que Se Faz Quando Há Violência?** A Política de Assistência Social no Combate a Violência Intrafamiliar. 2019. 336 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Câmara dos Deputados. **Cartilha Violência Sexual contra Meninos e Meninas: abuso sexual intrafamiliar e exploração sexual comercial**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183371/CARTILHA_VIOLENCIASEXUALCONTRAMENINA.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Galdolfo et al. Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 101-121, jan./abr. 2020.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FRANCISCHINI, Rosângela; FERNANDES, Natália. Os desafios da pesquisa ética com crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 1, p. 61-69, mar. 2016.

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. 2016. 128 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 46-54, jun. 2015.

INÁCIO, Carlos Alberto Silvestre. **Abuso sexual de meninos**: relatos maternos. Violência, culpa e rememoração. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **“Atira no coração dela”**: corpos e *scripts* de gênero na educação infantil. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LOWENKRON, Laura. A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 231-255, jan./jun. 2014.

MORAES, Jéssica Tairâne de. **“Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo”**: violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NAVALANY, Blace A.; ABELL, Neil. An Initial Validation of a Measure of Personal and Social Perceptions of the Sexual Abuse of Males. **Research on Social Work Practice**, v. 14, n. 5, p. 368-378, set. 2004.

OLIVEIRA, André Assis Breder de. **Meninos traídos**: abuso sexual e constituição da masculinidade. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

OLIVEIRA, Mery Pureza Candido de. **Abuso sexual de meninos**: estudo das consequências psicosssexuais na adolescência. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 49-60, jul./dez. 2008.

PENSO, Maria Aparecida et al. Abuso Sexual de Meninos: Características da Configuração Familiar e do Ofensor. **Psicologia: Teria e Pesquisa**, Brasília. v. 35, e35428, dez. 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da; SOUZA, Jane Felipe de. Violência /abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 25, n. 2, p. 144-167, jul./dez. 2020.

SAID, Amanda Pinheiro. **Abuso sexual de vítimas do sexo masculino**: notificações e prontuários no Distrito Federal. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

36

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2008.

SANTOS, Giorgia Fabiana Vieira dos; FELIPE, Jane. Redes de proteção à infância: ampliando a noção de cuidado na Educação Infantil. In: FELIPE, Jane; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). **Para Pensar a Educação Infantil**: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 19-39.

SERPA, Monise Gomes. **Onde estão as meninas?** Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016.

SETUBAL, Cassio Bravin et al. “Não pode ser abuso... eu sou a mãe”: ofensa sexual materna. **Revista de Psicologia**, Santiago, n. 28, v. 1, p. 1-12, jun. 2019.

SILVA, Franklin de Lima. **"Menino abusado"**: a compreensão crítica do abuso doméstico contra meninos. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SPAZIANI, Raquel Baptista; VIANNA, Cláudia Pereira. Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, p. 1-19, 2020.

WATARAI, Cristina Fukumori. **O contexto afetivo-familiar de relações incestuosas entre irmãos**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

WERNER, Maria Cristina Milanez. Famílias e situações de ofensa sexual. In: OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 365-375.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Submetido: 08/01/2022

Aprovado: 12/03/2023